

CONEP tomba Núcleo Histórico de Pitangui, Sétima Vila do Ouro das Gerais

_____ página 04



Acervo IEPHA/MG

O perímetro tombado compreende 16 ruas e um total de 132 imóveis e se caracteriza pela diversidade de estilos arquitetônicos

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Confira entrevista com o secretário de Estado de Cultura, Paulo Brant, que assumiu a pasta em agosto

_____ páginas 06 e 07



Acervo IEPHA/MG

Capela de Santana, na fazenda, é considerada por muitos a obra-prima de Éolo Maia

Fazenda Pé do Morro, tombada pelo IEPHA, teve projeto de restauração premiado

_____ página 11

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Cultura em foco

Neste número o Bem Informado apresenta uma especial entrevista com o novo secretário de Estado de Cultura, dr. Paulo Brant, que tem transitado pelos assuntos da secretaria com desenvoltura e demonstrado especial atenção ao nosso Instituto. Em sua visita ao IEPHA, em companhia da secretária adjunta de Cultura, Sylvana Pessoa, ambos ressaltaram a necessidade do fortalecimento da instituição e a consolidação de ações que viabilizem políticas eficazes para a salvaguarda de nosso patrimônio cultural.

Na entrevista, Paulo Brant demonstra coerência com os desafios que se colocam para o segmento cultural, e as prioridades que sua gestão tem como missão. Uma delas, em que o IEPHA/MG tem atribuições bem marcantes, é o Projeto Estruturador Circuito Cultural Praça da Liberdade, para o qual vê um papel singular na área cultural: "criar no entorno da Praça da Liberdade um grande circuito que seja emulador da cultura em Belo Horizonte e no Estado. A Praça da Liberdade tem um valor simbólico fortíssimo e devemos aproveitá-lo e criar um grande espaço irradiador de cultura."

Nesta edição o bem cultural tombado em destaque é a Fazenda Pé do Morro, localizada junto à Serra de Ouro Branco, distante 116 quilômetros de Belo Horizonte. O restauro é do saudoso arquiteto Éolo Maia, um projeto contemporâneo que agregou valor ao conjunto preservado. Com a aprovação do tombamento de seu Centro Histórico pelo CONEP, Pitangui volta a ser notícia por meio da síntese do texto apresentado pela historiadora Helaine N. Queiroz, no XVI Encontro Regional de História, da ANPUH-MG. Como sempre, outros assuntos de relevância podem ser apreciados.

À equipe do jornal, sob o "comando" da jornalista Beatriz Teixeira de Salles, nossos parabéns pelo sucesso gráfico e editorial. O Bem Informado está despertando atenções como veículo de disseminação de informações na área do Patrimônio Cultural, e na pessoa do prof. Aluizio Pimenta, que nos encaminhou uma mensagem incentivando a publicação, externamos nossos agradecimentos a todos os leitores pelo apoio recebido. Uma boa leitura.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

NOSSA MISSÃO É GARANTIR À SOCIEDADE A ACESSIBILIDADE E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR MEIO DA PRESERVAÇÃO, VALORIZANDO E RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS.

IEPHA recebe primeira visita oficial do secretário



Acervo IEPHA/MG

Paulo Brant, novo secretário de Cultura, e Sylvana Pessoa, nova secretária adjunta, estiveram no IEPHA no último dia 3, conhecendo o Instituto e sua atual estrutura. Após reunião com o presidente, Carlos Noronha, e o chefe de gabinete, Marcelo Barbosa, Brant aproveitou para estender rapidamente a visita a todas as salas da instituição, apresentando-se aos funcionários e buscando mais informações sobre as atividades desenvolvidas em cada setor.

Na Diretoria de Promoção, o secretário pôde observar a documentação enviada pelos municípios para pontuar no ICMS Cultural e elogiou a qualidade e variedade de informações reunidas no acervo.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária Adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Chefe de Gabinete: Marcelo Mendes Barbosa

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)/ Revisão: Pedro Souza Pinto

Diagramação: Daniella Melo Jardim/ Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Documentação técnica disponível para consulta

O acervo da Gerência de Documentação e Informação (GDI), da Diretoria de Promoção do IEPHA, é constituído pela documentação técnica produzida e recebida pelo Instituto ao longo dos seus 37 anos e por documentos bibliográficos. Ambos estão disponíveis para consultas, não sendo permitida a reprodução. São processos de tombamento, inventários, relatórios de projetos e obras, documentos referentes ao ICMS Patrimônio Cultural encaminhados para análise, mapas, plantas e fotografias, além de livros, folhetos e periódicos nas áreas de patrimônio cultural, história de Minas e do Brasil, história da arte, arquitetura, artes plásticas, publicações seriadas e revistas avulsas. A GDI reúne, ainda, um número significativo de recortes de jornais, contendo informações sobre bens culturais mineiros, aspectos históricos dos municípios e outros temas.

Entre tantos documentos, alguns chamam a atenção. Um deles fala sobre o Cemitério dos Bexiguentos, no município de Monte Alegre de Minas, onde estão enterrados os soldados que retornaram da Retirada de Laguna (Guerra do Paraguai) com varíola – conhecida na época como bexiga – e faleceram na cidade.

Também é possível encontrar os processos dos primeiros bens tombados pelo IEPHA – Palácio da Liberdade, Arquivo Público Mineiro, Parque Municipal, Prédio do Antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte, Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, Fazenda da Posse, em Santana dos Montes, e plantas cadastrais de Belo Horizonte de 1942.

“Não temos livros raros, mas temos um bom acervo formado para dar suporte aos trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IEPHA”, observa Antônio Cristina de Alencar Pires, bibliotecária. De acordo com Andréa Santos Xavier, gerente de documentação e informação, devido a diversos pedidos de usuários, o horário teve que ser ampliado. “Nós atendemos ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h30”, relata.

A gerência conta, atualmente, com uma equipe de nove profissionais, entre eles, bibliotecárias, historiadora e auxiliares técnicos para o atendimento e organização do seu acervo.



▲ Biblioteca tem vasto acervo que serve de suporte para pesquisas diversas

| Isenção de IPVA

Outro serviço oferecido pelo IEPHA, e muito procurado, é a emissão do Atestado de Valor Histórico de Veículo Antigo, para proprietários de veículo de coleção com 25 anos ou mais de fabricação. O documento é emitido pela Gerência de Logística e Manutenção e deve ser apresentado no Detran-MG para que seja concedida a isenção do IPVA.

Para requerer o benefício, o dono deve, inicialmente, obter um laudo de vistoria que ateste o valor histórico do seu veículo. Esse documento é fornecido gratuitamente por uma associação de colecionadores credenciada pelo Instituto (a lista está disponível no site www.iepha.mg.gov.br). Junto com o laudo, o proprietário deve apresentar o CPF e pagar uma taxa de emissão (R\$ 15,00). Após apresentação dos documentos pelo proprietário ou representante da associação, o atestado é emitido em dois dias.



Acervo IEPHA/MG

▲ Nove profissionais cuidam do atendimento e organização do acervo



▲ Documento emitido pelo IEPHA é requisito para isenção do IPVA

CONEP aprova tombamento de núcleo histórico e projeto do Memorial Minas Gerais



Antigo prédio da Secretaria de Estado da Fazenda, futuras instalações do Memorial Minas Gerais

Com 19 votos favoráveis e uma abstenção, o tombamento estadual definitivo do Centro Histórico de Pitangui foi aprovado em reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP). Está garantida a proteção permanente do bem, que já contava com proteção provisória desde 2004.

Durante a reunião, o presidente do CONEP e secretário de Estado de Cultura, Paulo Brant, leu carta enviada à Secretaria pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Pitangui. No documento, o órgão manifestou entusiasmo e satisfação pela conclusão do processo de reconhecimento, pelo Estado, do valor histórico e cultural de seu Centro Histórico.

Compreendendo 16 ruas e um total de 132 imóveis, o núcleo é marcado pela diversidade de estilos arquitetônicos, colocando lado a lado o estilo eclético do século XIX e casarões do XVIII. De acordo com a diretora de Preservação e Memória do IEPHA, Maria Marta de Araújo, tanta heterogeneidade torna o bem ainda mais valioso por registrar diferentes momentos da trajetória de ocupação do município, conhecido como a “Sétima Vila do Ouro das Gerais”. (veja pág. 10)

| Casa JK

Outro tombamento provisório pode se tornar definitivo em breve. O conselheiro Carlos Antônio Leite Brandão foi nomeado relator para o processo referente à Casa JK, em Belo Horizonte, que já possui proteção estadual provisória desde maio de 2004. Na próxima reunião do CONEP, Brandão deve apresentar parecer que será votado pelos demais conselheiros.

Construído em 1943, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e paisagismo de Burle Marx, o imóvel, na Pampulha, tem enorme importância cultural – por testemunhar hábitos de uma época passada – e arquitetônica – por ser exemplar do inovador estilo modernista residencial com traços da arquitetura colonial

mineira. Bens integrados à casa – um painel de Volpi sobre azulejos e um mural em pastilhas de Paulo Werneck – enriquecem o valor artístico do imóvel.

Destinada pela Prefeitura de Belo Horizonte a novo uso cultural, a Casa JK em breve deve se transformar em museu. Para isso, ações de recuperação e readequação estão sendo desenvolvidas no local, contando com acompanhamento técnico do IEPHA.

| Memorial Minas Gerais

Votação unânime garantiu também a aprovação do projeto Memorial Minas Gerais, nova proposta de utilização do antigo prédio da Secretaria da Fazenda. O espaço irá compor o Circuito Cultural Praça da Liberdade, projeto estruturador do Governo de Minas, que será o maior complexo cultural do país aberto à população.

A proposta arquitetônica – assinada por uma equipe de cinco profissionais, sob coordenação de Humberto Hermeto – foi elogiada durante a reunião pelo conselheiro Leonardo Castriota, que havia pedido vista do projeto. De acordo com o arquiteto, a proposta recupera traços originais importantes do prédio sem desconsiderar a leitura das diversas intervenções por que passou ao longo dos anos e que se integraram ao bem.

Com baixo nível de intervenção, a restauração do edifício foi direcionada, essencialmente, à recuperação da luminosidade natural da escadaria monumental através da recriação de um pátio central. O projeto museológico do Memorial, a cargo do renomado designer multimídia Gringo Cardia, terá como desafio agregar, em um mesmo espaço, toda a riqueza cultural do Estado desde o século XVIII até o cenário contemporâneo, passando inclusive por uma perspectiva futurista.

Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, no Serro, reabre suas portas



Acervo IEPHA/MG

Imagem de Cristo e pinturas da igreja foram totalmente restauradas

Foram sete meses de obras em ritmo acelerado. Totalmente restaurada, com projeto e acompanhamento técnico do IEPHA, a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, no município mineiro do Serro, será reaberta à comunidade ainda em setembro, com missa especial celebrada pelo Cônego Jolly, pároco do Serro.

Iniciada em dezembro de 2007, a intervenção teve como principal objetivo recuperar a integridade estrutural da construção – que data do final do século XVIII –, substituindo peças corroídas e fortalecendo fundação, piso, forro e telhado. Um minucioso trabalho garantiu ainda a revitalização dos elementos artísticos, recuperando imagens e painéis característicos do rococó. A igreja também recebeu segurança extra, como a instalação de pára-raios e sistemas de alarme e de drenagem.

As obras foram feitas dentro do programa Monumenta, fruto de uma parceria entre Governo Federal (por meio do Ministério da Cultura) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Nos projetos desenvolvidos em municípios mineiros (Ouro Preto, Mariana, Serro, Congonhas e Diamantina), o programa conta ainda com contrapartida de 30% do valor total do contrato provenientes do Governo do Estado, que entra também com trabalhos de supervisão e execução dos projetos por meio das equipes do IEPHA.

No município do Serro, com investimento total de R\$ 3,9 milhões, além da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o programa inclui ainda a recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Chácara do Barão do Serro, obras com conclusão prevista para o final deste ano. De acordo com o assessor de programas estratégicos do IEPHA, Rubem Sá Fortes, está em elaboração um novo plano de trabalho para renovação do convênio, pleiteando verba para outros projetos complementares na região. Dentre as obras propostas estão calçamento,

captação de esgoto e outros trabalhos urbanísticos no eixo “Matriz-Matozinhos”, que liga as duas Igrejas restauradas pelo Monumenta, além de urbanização e paisagismo das margens do Córrego Quatro Vinténs.

| Matozinhos

Na Igreja Bom Jesus de Matozinhos funcionou a antiga Irmandade das Mercês e a de São Benedito. Atualmente, é onde se celebra todos os anos a Festa do Divino, uma das mais tradicionais manifestações religiosas da cidade. Uma de suas principais características é sua posição estratégica, alinhada em perfeita harmonia com a Igreja Matriz, por meio da Rua do Pelourinho – ou Ladeira da Matriz.

As pinturas – destaque para o forro, pano de fundo do altar-mor e painéis laterais da capela-mor – são atribuídas a Silvestre de Almeida Lopes, um dos mais talentosos pintores brasileiros e o artista mais importante da região na segunda metade do século XVIII.

| Rio Paranaíba reinaugura Igreja restaurada

Outra obra que contou com assessoria e acompanhamento técnico do IEPHA acaba de ser concluída. Entregue à população no final de agosto, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Rio Paranaíba, passou por restauração que incluiu substituição de piso e telhamento, recomposição de portas e janelas e resgate de parte da alvenaria original. A edificação, em estilo barroco, ainda ganhou nova pintura, sistema de iluminação e de alarmes, além de tratamento paisagístico de seu entorno. A Igreja tem tombamento municipal e é considerada uma das primeiras do Caminho da Picada até Goiás. No total, o trabalho de restauração levou quase quatro anos para ficar pronto.



O papel do Estado na gestão da cultura



Foto: Marco Evangelista

Para Paulo Brant, que assumiu a Secretaria de Estado de Cultura, no dia 11 de agosto, não cabe ao Estado fazer escolhas ou interferências quanto aos conteúdos culturais. Ele acredita que cabe ao Estado prover infra-estrutura cultural, fomentar e facilitar produções culturais que não se viabilizam pelo mercado. Nesta entrevista, ele fala de sua visão de política cultural, salientando que: “as manifestações culturais, quaisquer que sejam elas, desde que tenham qualidade, devem, sim, ser apoiadas pelo Estado. Este tipo de política cultural é fundamental”.

Quais ações da SEC o senhor aponta como prioritárias?

Uma ação prioritária é intensificar a sinergia entre os diversos organismos e instrumentos do Sistema Estadual de Cultura. O sistema, hoje, tem um conjunto muito amplo de organismos, sejam instituições, como TV Minas, Rádio Inconfidência, Fundação Clóvis Salgado, Arquivo Público, Superintendência de Bibliotecas, Museu Mineiro, Superintendência de Museus etc.; ou instrumentos, como o Fundo Estadual de Cultura, a Lei de Incentivo, a Copasa e Cemig Cultural. Quer dizer, o Estado tem um conjunto enorme de instrumentos que, se atuarem de maneira integrada e harmônica, têm efeito amplificado.

Em segundo lugar, a interiorização é fundamental. O interior ainda é muito desconectado. Belo Horizonte já é um pólo cultural significativo e acho que ainda tem espaço para se fortalecer ainda mais, mas esse pólo precisa irradiar a produção cultural de Minas para os diversos municípios do Estado. E a gente sente que já se caminhou, mas ainda há um distanciamento entre a atividade cultural de Belo Horizonte e a do interior.

Outro ponto importante é viabilizar os projetos estruturadores: o Circuito Cultural Praça da Liberdade e os Circuitos Culturais do Interior, que são prioridade absoluta.

O Circuito Praça da Liberdade é uma prioridade em sua gestão?

Como disse, é uma prioridade absoluta. É um projeto estruturador do

Governo que tem méritos inquestionáveis e, nele, o papel do IEPHA é absolutamente fundamental. Nosso grande desafio é implementar os diversos equipamentos que já estão sendo desenvolvidos, mas, mais do que isso, o grande desafio é criar um verdadeiro circuito cultural.

Na minha visão, não se trata de um conjunto estanque de equipamentos culturais. Esse conjunto tem de configurar algo que seja mais do que a soma das partes. Ele não é apenas o Museu das Minas e do Metal, mais o Memorial Minas Gerais, mais o Centro Cultural Banco do Brasil, mais o Espaço TIM/UFMG do Conhecimento. O desafio é criar no entorno da Praça da Liberdade um grande circuito que seja emulador da cultura em Belo Horizonte e no estado. A Praça da Liberdade tem um valor simbólico fortíssimo, e devemos aproveitá-lo e criar um grande espaço irradiador de cultura.

Quais ações deverão ser efetivadas para acelerar a implantação deste importante projeto?

A parte de concepção deste projeto já está muito avançada. Quase todos os equipamentos, pelo menos nessa primeira fase, já estão com sua concepção conceitual bem evoluída. O grande desafio é de gestão. É uma gestão complexa porque envolve inúmeros parceiros, e o modelo de gestão de cada equipamento varia em função do parceiro, além de serem bens tombados pelo patrimônio. Enfim, é um quebra-cabeça extremamente complexo que vai exigir da Secretaria uma gestão muito competente para que se possam cumprir os prazos que estão previstos.

O senhor citou a interiorização como uma das prioridades. Quais os principais projetos da SEC que atingem o interior mineiro?

A política de descentralização e interiorização da Secretaria de Estado de Cultura, por meio de seus vários mecanismos, é uma das formas de incentivar a produção e também a fruição cultural nas diversas regiões do Estado. Muito se tem conquistado com as várias ações empreendidas pelo Sistema Estadual de Cultura, e há também grande expectativa em torno de importantes projetos que estão em fase de implantação no interior de Minas, como o Museu da Cachaça, em Salinas, e o Museu de Percursos, no Vale do Jequitinhonha, que fazem parte do projeto estruturador "Circuitos Culturais".

O Museu de Percursos do Vale do Jequitinhonha prevê três cidades-sede (Jequitinhonha, no baixo Jequitinhonha; Araçuaí, no médio Jequitinhonha; e Minas Novas, no alto Jequitinhonha) e vai integrar a mesorregião que abrange 54 municípios do Vale do Jequitinhonha, estando em fase de licitação das obras. O Museu da Cachaça será implantado em Salinas, na região Norte do Estado, para contar a história da produção, distribuição e consumo dessa bebida, em torno da qual se estabeleceram relações sociais e simbólicas de repercussão regional e nacional.

E no campo do patrimônio?

Podemos nos orgulhar do fato de Minas ser o Estado brasileiro com maior número de bens tombados e com o mais expressivo patrimônio edificado do país. Somente no âmbito estadual, por meio do IEPHA, são 132 bens tombados – entre núcleos históricos, conjuntos paisagísticos, bens imóveis isolados e bens móveis. Ao todo, 67 municípios mineiros têm ao menos um bem tombado pelo IEPHA. Além disso, temos a lei do 'ICMS Patrimônio Cultural', que fez de Minas o primeiro Estado a adotar uma lei estadual que estabelece políticas de proteção aos bens culturais locais, utilizando recursos do ICMS, a chamada Lei Robin-Hood.

Minas detém mais de 50% do patrimônio tombado do país. Isso implica numa responsabilidade enorme para o IEPHA. Como o senhor vê o papel do instituto nesse contexto?

O IEPHA tem um papel fundamental, não só no sentido de ser um guardião dessa riqueza patrimonial, mas também como a instituição que deve pensar e repensar, permanentemente, a política de preservação do patrimônio público. Hoje, o Estado tem um modelo institucional interessante com a criação do CONEP, que democratiza, de certa forma, com a participação da sociedade civil, a definição das grandes políticas, no que diz respeito ao patrimônio histórico material e imaterial do Estado. E o IEPHA tem um papel crucial no sentido de uma crescente modernização da legislação do patrimônio.

O senhor nasceu e foi criado em Diamantina – Patrimônio da Humanidade – cidade onde as pessoas vivem cercadas por bens de

imenso valor cultural. Como isso se reflete no senhor?

As pessoas adotam o fato de a cidade ser tombada como um patrimônio que é preservado não porque a lei exige, não porque há uma exigência legal de que assim seja, mas porque faz parte da própria essência das pessoas.

O diamantinense ama o patrimônio, e de uma forma que acho interessante, de uma maneira que não entra em conflito com o desenvolvimento da cidade. Diamantina é hoje muito mais evoluída, muito mais moderna e rica, do ponto de vista econômico, do que era 30, 40 anos atrás. Hoje é uma cidade repleta de faculdades e universidades, com uma vida cultural muito mais ativa do que era no passado. E grande parte dessa efervescência econômica de Diamantina tem a ver com o tombamento do patrimônio. A preservação do patrimônio não é uma camisa-de-força. Pelo contrário, pode ser uma forma de viabilizar um futuro mais promissor, não só do ponto de vista cultural, mas do ponto de vista econômico.

Vou lembrar uma frase de um diamantinense historiador, que era amigo do meu pai. Sintetizando o diamantinense, dizia o seguinte: "Eu não vivo do passado. O passado vive em mim". O passado vive em Diamantina, mas Diamantina não vive do passado. Diamantina vive do futuro.

Na sua opinião, as pessoas já têm consciência de seu papel na preservação dos bens culturais?

Acho que há uma conscientização crescente, mas ainda muito limitada e insuficiente. Quando há uma consciência mais aguda da sociedade quanto à preservação, cai o papel da repressão. Exatamente porque essa consciência ainda é relativamente limitada, ainda há a necessidade de uma atuação coercitiva do Estado, que se reduz à medida que a consciência das pessoas aumenta.

Uma das maiores queixas da área cultural é a falta de recursos. Quais seriam, na opinião do senhor, inclusive levando em conta sua formação de economista, as soluções para esse problema?

A questão de recursos tem a ver com a concepção de bons projetos. Tenho a convicção de que bons projetos encontram financiamento. Se olharmos o tamanho do orçamento do Ministério da Cultura e das Secretarias de Cultura e compará-los com o orçamento global da União e dos Estados, ele ainda é relativamente pequeno. Mas acredito que a inversão desse quadro se dá pela via do projeto. Bons projetos culturais em todas as áreas vão empurrar esse orçamento para cima. E bons projetos demandam boas idéias, que se materializem em ações concretas.

Para bons projetos conseguimos financiamento, seja na área privada, seja na área pública, sejam em fontes internacionais. A área cultural não deve assumir o papel de pedinte. A área cultural, com bons projetos, pode reivindicar, legitimamente, os recursos.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO



A figura do cão sentado faz parte do painel que retrata cenas da vida de São Francisco de Assis, pintado por Cândido Portinari (1903-1962). A pintura está localizada no altar-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, conhecida como Igrejinha da Pampulha, em referência ao bairro onde está situada.

Projetada por Oscar Niemeyer, a pedido do então prefeito Juscelino Kubitschek, a edificação integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, tombado pelo IEPHA em junho de 1984.

Construída de 1943 a 1944, só foi consagrada e aberta ao público 14 anos depois, devido à grande polêmica gerada pela Igreja católica que não aceitava a modernidade de suas linhas curvas, fora dos padrões tradicionais vigentes e, além disso, pela pintura realizada por Cândido Portinari: o painel em que o artista concebe um santo irrealista com mãos desproporcionais e um cachorro vira-lata sentado ao lado.



BLOCO DE NOTAS

| Seminários Internos



Arquivo IEPHA/MG

Ao iniciar sua palestra, Gustavo Penna lembrou que, ao entrar na faculdade, na década de 60, foi selecionado para fazer estágio na área de patrimônio histórico, por ninguém menos que Graciema de Melo Franco, no Rio de Janeiro. “Comecei minha carreira de arquiteto pelo patrimônio”, lembrou. Durante a apresentação, Gustavo e Celina deixaram claro que a intenção do projeto foi resgatar a “interlocução” entre o Morro do Maranhão e o Santuário Bom Jesus do Matozinhos.

No segundo encontro, no dia 19 o tema será “Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)”, tese de mestrado da gerente de Patrimônio Imaterial do IEPHA, Evelyn Meniconi, no curso Gestão de Cidades, da PUC Minas.

| Educação patrimonial em Carandaí

O teatro foi a fórmula encontrada pelo Departamento de Cultura de Carandaí para promover a educação patrimonial na cidade. No dia 31 de outubro, será apresentado o espetáculo “Viva Memória Carandaí”, que conta parte da história do município por meio do universo lúdico do teatro.

A peça tem elenco formado pela própria comunidade e a linguagem cênica é baseada na cultura popular. Na mesma data será lançado o livro “Memórias de Carandaí”, um trabalho de pesquisa que resultou no mapeamento histórico da cidade.



Gustavo Penna reabre programa de Seminários Internos do IEPHA

Com apresentação do projeto que elaborou para o Museu de Congonhas, o arquiteto Gustavo Penna, em companhia da arquiteta Celina Borges, reabriu o programa de Seminários Internos do IEPHA. A iniciativa, organizada pela Diretoria de Promoção com apoio da Assessoria de Comunicação Social, resgata uma antiga prática do instituto, oferecendo a seus servidores palestras quinzenais sobre temas ligados à questão dos bens culturais.

Documentos raros resgatados

Após mais de 50 anos esquecido, o Arquivo Público e Histórico de Cristina, no Sul de Minas, está sendo resgatado junto com a história de outros dez municípios pertencentes à comarca daquela cidade – Carmo de Minas, Dom Viçoso, Virgínia, Olímpio Noronha, Conceição das Pedras, Natércia, Heliodora, Pedralva, São José do Alegre e Maria da Fé.

O acervo permaneceu guardado, e praticamente esquecido, no porão da residência de Francisco Gomes Nogueira Filho – então tabelião do cartório de Cristina – por mais de cinco décadas, quando o antigo prédio do fórum foi destruído para construção de um novo. O material sofreu danos decorrentes da umidade e do mofo, além do manuseio e acondicionamento indevidos, o que provocou algumas perdas.

Quando tomou conhecimento do fato, o juiz de direito da Comarca, Luiz Fernando Rennó Matos, retirou a documentação do local e a transferiu para uma pequena casa alugada, onde ficou por mais de um ano. Por ser uma das cidades mais antigas de Minas, Cristina concentrou em sua comarca decisões importantes envolvendo todas as demandas processuais das áreas civis e criminais da região, constituindo seu acervo um importante patrimônio histórico. Por causa desta importância algumas pessoas da comunidade e pesquisadores de outras regiões, interessados em História, Direito e Genealogia, passaram a solicitar que os documentos fossem disponibilizados para pesquisa.

O grupo procurou o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural que propôs a criação de uma Organização Não-Governamental (ONG) para cuidar de toda a documentação e, há quatro anos, com recursos financeiros do Fundo Estadual de Cultura, foi fundado o Centro de Documentação e Memória de Cristina “Luiz Barcellos de Toledo”. Hodgson Edmundo Rodrigues Castro, coordenador do projeto, informa que um historiador calculou 150 metros lineares



Acervo Arquivo Público de Cristina

Em Cristina, auxiliares analisam e organizam documentos

de documentos, porém ao abrir as caixas percebeu-se que havia o triplo. “No acervo, estão, por exemplo, processos por devolução de escravos que não correspondiam às qualidades discriminadas por seus ex-donos, levantamentos do número de escravos em cada município pertencente à Comarca de Cristina, e demandas diversas por divisas de terras”, revela Hodgson.

Atualmente o Arquivo Público e Histórico do município de Cristina está localizado em três salas, na Câmara Municipal, onde pode ser analisado por pesquisadores e estudantes. “A característica principal deste arquivo é a unidade pela qual os documentos se apresentam, ou seja, é um conjunto integrado de fontes de memória histórica, que possibilita o entendimento da transição do passado colonial para a nação independente que somos”, conta Hodgson.

Ubá também abre Arquivo Público

Como Cristina, o município de Ubá, na Zona da Mata, também obteve verba do Fundo Estadual de Cultura para implantação do Arquivo Histórico Permanente do Município. O projeto foi elaborado pelo então secretário municipal de Administração e membro do Conselho de Patrimônio Cultural de Ubá, Evandro de Castro Doriguetto.

Em funcionamento desde 2007, o Arquivo é composto por documentos produzidos pela administração pública – Câmara e Prefeitura – durante os séculos XIX e XX. No acervo também podem ser encontrados 71 posters em preto e branco produzidos em meados do século XX pelo arquiteto Fernando Afonso Carneiro Peixoto com o tema: “Ubá: Retrato de uma cidade” – um registro histórico da arquitetura da cidade, assim como dos eventos como casamentos, enterros, festas, bailes, formaturas, entre outros.

Segundo Beth Barros, da Divisão de Cultura, além da população de Ubá, a implantação do Arquivo Histórico é importante para os diversos municípios da região, principalmente aqueles que faziam parte do território ubaense, cuja história está registrada em boa parte do acervo que agora se encontra recuperado e preservado.



Acervo Arquivo Histórico Permanente de Ubá

Plantas arquitetônicas fazem parte do acervo de Ubá

Desafios da política de preservação patrimonial de áreas urbanas: o caso de Pitangui

*Helaine Nolasco Queiroz

A preservação de espaços urbanos traz diversos desafios, que se somam às dificuldades já encontradas na preservação de bens isolados. Preservar um espaço urbano significa lidar com propriedades privadas, inseridas numa malha pública. Significa lidar também com o pequeno apoio das entidades públicas para a efetiva proteção do patrimônio e com as pressões políticas e econômicas que ali se manifestam. O tombamento do Centro Histórico de Pitangui pode ser entendido como importante instrumento de reflexão acerca da problemática envolvida na preservação de espaços urbanos.

Para dar conta da preservação da dinamicidade urbana, a noção de "patrimônio urbano histórico" mudou, apontando, no geral, para ampliação tanto do próprio conceito quanto do público a que esse patrimônio é destinado. A preservação de locais intactos cedeu espaço à de fragmentados, enquanto a noção de monumentalidade abdicou-se em nome da modéstia. O público, por sua vez, ampliou-se, dos apreciadores e colecionadores de arte ou arquitetos para a família que, fazendo turismo, deseja fruir do patrimônio.

Os sucessivos momentos pelos quais Pitangui passou que, em linhas gerais, marcaram sua história, são parte de uma dinâmica a que se submete toda aglomeração urbana. Tais momentos vão desde sua implantação como arraial minerador; sua posterior elevação a Vila; sua decadência aurífera e conseqüente diversificação econômica voltada para a lavoura e a pecuária; sua elevação a cidade; o desmembramento de seu território; a dinamização trazida pela fábrica de tecidos e pela ferrovia; a perda de referenciais de sua memória arquitetônica, urbanística e social, a partir de 1970, com a demolição ou fechamento de edificações, a retração dos locais de sociabilidade e a perda da importância de atividades tradicionais, como o artesanato e as bandas de música. Eles desenham uma história inscrita no traçado, nos edifícios e demais estruturas que constituem a cidade.



Conjunto eclético da Praça Governador Benedito Valadares



Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar

A política de preservação do patrimônio urbanístico consiste na preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico e também na ampliação do espaço público de manifestação. O instrumento do tombamento pode trazer inúmeros benefícios para a área protegida, tais como a melhora da qualidade de vida proporcionada pelo controle de altimetria, volumetria, salubridade, ensolação, ventilação e permeabilidade do solo, devendo os bens exercerem a chamada função social da propriedade, a qual os submete ao interesse da coletividade.

Nesse sentido, deve-se privilegiar as formas de sociabilização que utilizam o espaço público para sua concretização, através do investimento em práticas para as quais a sociedade manifesta vocação (Pitangui oferece possibilidades no investimento em festas religiosas, em feiras de artesanato e nas tradicionais bandas de música, além de possuir espaços que podem ser usufruídos pela população e um rico acervo documental, sob a guarda do seu Instituto Histórico).

As políticas de preservação, no entanto, esbarram na dificuldade em envolver a comunidade na apropriação desse patrimônio. A pressão imobiliária existente na área (aliada, em alguns casos, a pressões políticas), por sua vez, insiste na diminuição do valor comercial dos imóveis e no encarecimento das reformas que porventura devam ser realizadas. Como possibilidade de atração de investimentos e de público interessado nos conhecimentos que o bem cultural pode proporcionar, o turismo pode ser estimulado, evitando-se, entretanto, a retirada da população nativa do local e a transformação do patrimônio unicamente em bem de consumo visual, forma cenográfica, homogeneizada ao gosto de um público interessado apenas numa apreciação passiva e sem conteúdo.

*Síntese do texto apresentado pela historiadora e Analista de Gestão, Proteção e Restauro da Diretoria de Proteção e Memória, no XVI Encontro Regional de História, da ANPUH-MG. Disponível nos anais eletrônicos do evento.

Fazenda Pé do Morro localizada na Serra de Ouro Branco

A construção do século XVIII, localizada ao pé da Serra de Ouro Branco, distante 116 quilômetros de Belo Horizonte, tem acesso pela Estrada Real. No início, a fazenda, com uma área de cerca de 700 hectares, produzia diversos produtos agrícolas.

Depois de ficar abandonada por vários anos, em 1977, foi comprada pela Açominas e passou por um processo de restauração – com finalidade dar novo uso à edificação – que só terminou em 1980. Éolo Maia foi o arquiteto responsável pelo projeto de restauração, um dos vencedores da V Premiação do IAB/MG – Arquitetura Religiosa. O projeto transformou a sede em casa de hóspedes, acrescentou uma moradia de dois pavimentos para o caseiro e, ainda, uma construção que recebeu o nome de “Capela de Santana do Pé do Morro”.

A sede é uma edificação em alvenaria e pedras de mão, com 580,50 m². Possui forração em madeira e esteira, e portas e janelas rústicas em madeira maciça. A imensa varanda em balanço tem piso em tábua corrida apoiado sobre 35 peças de braúna. A construção sobressai em seu entorno, caracterizado por vegetação de grande porte e pela presença majestosa da Serra de Ouro Branco.

Em 1998, a fazenda recebeu tombamento municipal. Em fevereiro de 2001, após a privatização da Açominas, foi vendida para um casal morador da cidade de Ouro Branco.

A Fazenda Pé do Morro continua como referência rural, histórica, arquitetônica e paisagística da região de Ouro Branco. Em 2002, o bem foi tombado provisoriamente pelo IEPHA. O dossiê para tombamento definitivo será encaminhado para análise e votação pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) ainda em 2008.

| A Capela

Na Capela de Santana do Pé do Morro, considerada por muitos como obra-prima do arquiteto Éolo Maia, o novo e o antigo estão em total harmonia. A edificação tem perfis laminados, apoiados em muro de pedra. Possui piso em quartzito de Ouro Preto, cortado a mão, com exceção do altar, que tem



▲ Vista da Capela de Santana projetada por Éolo Maia

arranjos em pedra de São Tomé. As laterais são em vidro blindex fumê com caibros envernizados. Uma estrutura em aço, da cor da terra, protege a ruína histórica transformada em altar. Esta ruína pode ter sido de uma senzala do século XVIII, da casa de algum agregado (muito comum na época) ou, ainda, de uma antiga capela anexa à sede, mas sem comprovação documental.

No centro da capela está a imagem de Santana. A pia batismal feita em pedra sabão, na cidade de Santa Rita Durão, tem a forma de esfera maciça, simbolizando o encontro do homem com sua fé. Do lado de fora há um imenso cruzeiro em aço, uma releitura do que está na antiga Capela do Padre Faria, em Ouro Preto. A área da capela é separada da fazenda por um muro de pedra e um tanque oval onde a imagem da edificação aparece refletida.

*Referências: Relatório de avaliação para tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Pé do Morro/Ouro Branco feito pelo IEPHA/MG.



A Visitação da Virgem Maria

O tema da Visitação, narrado no Evangelho de Lucas 1: 36–56, trata da visita da Virgem Maria a sua prima Isabel, imediatamente após a anunciação do Arcanjo Gabriel. Maria tinha concebido Jesus, e Isabel – que era estéril – estava no sexto mês de gravidez do seu único filho, João, o futuro Batista.

Foi o mesmo anjo Gabriel quem preveniu Maria de que Isabel, sua parenta idosa e estéril, concebera um filho em sua velhice, porque para Deus nada era impossível.

Assim que o anjo partiu, Maria dirigiu-se com pressa para a montanha, em uma cidade da Judéia. Assim que a viu, Isabel sentiu o menino saltar-lhe de alegria no seu ventre e ela exclamou: “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre”, ao que Maria respondeu: “A minha alma glorifica o Senhor e o meu espírito se alegra em Deus, meu Salvador, porque pôs os olhos na humildade da sua serva e, de hoje em diante, me chamarão bem-aventurada todas as gerações”.

Como a Anunciação, a Visitação é uma cena de duas personagens e se presta mais a pinturas que a esculturas. Entretanto, se o tema da Anunciação traz dois seres distintos na sua essência, um dos quais tem um papel ativo, e o outro um papel passivo, o tema da Visitação mostra Maria e Isabel como mulheres que partilham os mesmos sentimentos.

A cena acontece quase sempre ao ar livre, à frente da casa de Isabel, que sai ao encontro de Maria. Saúdam-se ambas de maneira formal, Isabel ligeiramente inclinada sobre Maria, num gesto de carinho e de respeito, colocando a mão esquerda sobre o ventre da futura Mãe de Deus; ou se abraçando, estando raras vezes Isabel de joelhos, rendendo homenagem a Maria. Ambas podem estar acompanhadas por dois homens, sendo um Zacarias, marido de Isabel e sumo-sacerdote do Templo, e outro, José, esposo de Maria.

A festa da Visitação, que pela lógica deveria estar próxima da Anunciação, fixada no dia 25 de Março, foi mudada para o dia 2 de Julho, e instituída no século XV. Atualmente, acontece a 31 de maio, encerrando o mês de Maria.

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG



 Detalhe da pintura “Visitação”, óleo sobre tela, 1434 – 1435, do artista Jacques Daret, atualmente localizada em Staatliche Museen Berlin